

Relações de poder e a formação da Tetrarquia sob a perspectiva dos panegiristas latinos no século III d. C.

Ana Paula Franchi (UFG)

Resumo: Durante o século III d.C. a manutenção do poder imperial era uma das principais preocupações dos governantes. Com o objetivo de garantir a estabilidade política, Diocleciano promoveu uma série de reformas institucionais, com destaque para partição do poder imperial entre dois ou mais titulares. O objetivo deste texto é analisar como a formação da Tetrarquia foi abordada nos discursos oficiais conhecidos como panegíricos.

Palavras-chave: tetrarquia, relações de poder, panegíricos.

Power relations and the formation of Tetrarchy in the perspective of Latin panegyrists in III century AD

Abstract: During the AD III the maintenance of imperial power was a major concern of the rulers. In order to ensure political stability, Diocletian promoted a series of institutional reforms, especially partition of imperial power between two or more owners. The intent of this paper is to analyze how the formation of the Tetrarchy has been treated in official speeches known as panegyrics.

Keywords: tetrarchy, power relations, panegyrics.

Decadência, crise, transformação. Independente da corrente historiográfica e conceito adotado, os últimos séculos do Império Romano foram peculiares no que concerne sua organização política, nos quais as estruturas clássicas da República e Principado foram paulatinamente transformadas, culminando no estabelecimento uma nova forma de organização que alicerçou as estruturas típicas da Idade Medieval. Um momento de transição, e tal como qualquer transição, configurou-se em uma nova realidade política, econômica e social, decorrente de uma adaptação da estrutura imperial clássica frente à necessidade de contornar os conflitos

internos e externos. Esta adaptação, resultado da manutenção de alguns valores, práticas ou hábitos relacionados à tradição, é a característica legitimadora do *Dominato*.

Entendido enquanto uma modalidade específica do sistema político-ideológico que vigorou entre os séculos III e IV d.C., um dos marcos adotado pelos historiadores para datar a sua emergência foi o período de governo do imperador Diocleciano, iniciado em 284 d.C., após um conturbado ciclo de guerras civis. Isto porque este imperador empreendeu reformas de princípios autocráticos, que não se restringiram somente a incorporação de novos símbolos de poder - através da regulamentação da simbologia dos cerimoniais e rituais - mas também em aspectos efetivos do Estado, concernentes a administração, fiscalização e questão militar, o que acabou propiciando um maior controle do Estado sobre a vida pública.

É neste período que ficou mais evidente o processo de desintegração do extenso território do Império Romano, ocasionando inúmeros problemas referentes à manutenção da unidade e, conseqüentemente, à manutenção do próprio império. Em busca da restauração dos mecanismos que até então haviam garantido a ampla dominação e integração das distintas e distantes regiões do império, vemos que as estruturas de poder foram reformuladas com característica cada vez mais marcante em relação a concentração de poder no Imperador. Seria estranho, no entanto, afirmar que esta adaptação da estrutura imperial tivesse ocorrido sem conflitos, e com a eclosão das inúmeras guerras civis, ficou evidente que a dinâmica política deste período introduziu um novo elemento nos esquemas de governo imperial, o poderio militar (Bravo, 1997: 190). Logo, os anos entre 235 d.C. e 284 d.C. ficaram conhecidos pela historiografia como “Anarquia Militar”²², momento em que se externaram as forças das legiões na aclamação dos imperadores.

Mas se a força militar poderia assegurar a ascensão ao poder, ela não poderia garantir sua manutenção, todos os governantes precisavam formar ao seu redor um grupo social de apoio, e para isso se valiam de diversos artifícios, entre eles, a propaganda (Gonçalves, 2002: 12-21). Esta motivação fez com que detentores do poder imperial vissem a comunicação oficial como um importante instrumento de legitimação do poder, que auxiliaria na promoção dos imperadores e política imperial, e conseqüentemente, na manutenção da unidade.

A comunicação oficial era fundamentada entre outros pontos na produção de discursos proclamados em ocasiões solenes do Império. A própria natureza dos discursos panegirísticos,

²² Inúmeros debates existem em torno da nomenclatura deste período, sobre eles, encontramos uma primorosa discussão em Gonçalves (2002: 28-120).

fonte para esta pesquisa, possibilitou sua utilização enquanto instrumento de propaganda e legitimação, dos imperadores e do poder imperial. São discursos elogiosos, de louvor a um personagem ou uma cidade, ou de forma mais ampla, para glorificar a pátria, a religião, a divindade, que por meio da retórica e oratória testemunham fatos e ações políticas relevantes ao contexto que são produzidos.

No Império Romano os panegíricos foram amplamente utilizados após o engrandecimento da República e a formação do extenso território dominado pelos romanos, pois além da necessidade de destacar personagens de prestígio, era costume que, na primeira vez em que o Cônsul falasse diante da Assembleia Centuriata, aproveitasse a ocasião e fizesse elogio aos seus pares. Mas foi somente a partir do período imperial que tal tipo de discurso alcançou a significação política que abordamos neste artigo, ao ter o elogio ao Príncipe como eixo principal. Entre os louros e glórias proclamadas ao imperador pelos oradores percebemos a busca incessante de um governo e um governante em consolidar a unidade. Unidade de aceitação desse último como legítimo representante do *imperium*, e unidade interna do próprio Império Romano, saturado pelas constantes guerras civis e pelos conflitos externos, principalmente no que concerne a integração entre os territórios anexados e a manutenção das fronteiras.

A coleção de discursos que chegou até os dias atuais com o nome de “Panegíricos Latinos” é composta por doze discursos²³. De um modo geral é possível afirmar que seguem a perspectiva acima citada, mas claro, se adaptando ao contexto que são produzidos, homenageando os imperadores e narrando os conflitos e conquistas temporalmente próximos à data de sua produção.

Em especial, três discursos desta coletânea permitem analisar a formação e consolidação do colégio imperial tetrárquico de finais do século III d.C., os quais serão foco da análise aqui delineada. São eles: *Panegírico de Mamertino em honra a Maximiano Augusto*, *Discurso de aniversário de Mamertino em honra a Maximiano Augusto* e *Panegírico de Constâncio César, de um orador anônimo*.

A primeira dessas três obras foi proclamada no ano de 289 d.C. de autoria de Mamertino, provavelmente por ocasião das comemorações do aniversário de Roma. Inicialmente, o que

²³Estas obras foram compiladas em uma coleção pela primeira vez em tempos mais modernos em 1433 por Giovanni Aurispa. Não estavam organizados segundo a ordem cronológica e passaram a ser conhecidos como panegíricos latinos (Rodríguez Guervás, 1991: 11). Com exceção do panegírico atribuído a Plínio, o Jovem, realizado em homenagem ao Imperador Marco Úlpio Trajano e proclamado no ano 100 d.C., os demais discursos abarcam um período de um século, do ano de 289 d.C. até 389 d.C., e homenageiam os Imperadores Maximiano, Constâncio Cloro, Constantino, Juliano e Teodósio. A numeração dos discursos, segundo a ordem cronológica, passou a ser adotada após a compilação feita por E. Galletier em 1949, e se segue desde então.

sobressai neste discurso é a data de sua proclamação, anterior a associação de Galério e Constâncio Cloro ao poder imperial, ou seja, é um discurso que aborda a gênese da formação tetrárquica, quando completou aproximadamente três anos que Diocleciano se aliou a Maximiano, chamando-o para ser seu co-imperador.

Interessante ressaltar que este é um dos poucos documentos restantes sobre o início dessa aliança entre os dois imperadores e nele o orador insiste em apresentar uma sólida concórdia entre os governantes e uma complementariedade do poder de ambos, construindo assim uma justificativa política para esta divisão do poder. Francisco de P. Samaranch acredita que toda esta construção do discurso utilizada por Mamertino é ao mesmo tempo uma forma de “tranquilizar” a opinião pública que estava “inquieta por la unidad del imperio” (1969: 1139), já que este era o momento imediatamente após as intensas guerras civis que haviam caracterizado o século III d.C. e não estavam por completo findadas se considerarmos as recorrentes tentativas de usurpações, bem ou má sucedidas.

Príncipes invencíveis, é um efeito de vossa concórdia que a fortuna vos conceda grande igualdade de êxitos. Com uma mesma alma administram o império, se é grande a distância que os separa, ela não os impede de governar por assim dizer, com vossas mãos unidas. Assim, ainda que a majestade imperial se ampliasse com vossa dupla divindade, vossa concórdia mantém a vantagem de uma autoridade única.²⁴

Vuestra hoc concordia facit, inuictissimi principes, ut uobis tanta aequalitate successuum etiam fortuna respondeat. Rem publicam enim una mente regitis, neque tanta locorum diuersitas obest quominus etiam ueluti iunctis dexteris gubernetis. Ita, quamuis maiestatem regiam geminato numine augeatis, utilitatem imperii singularis consentiendo retinetis.
(Mamertino, 289: XI, 1-2)

Este posicionamento de Mamertino irá perpassar todo o discurso, sempre procurando demonstrar que a aliança selada pelos dois soberanos proporciona o engrandecimento de ambos, e as virtudes e práticas comuns que estabeleciam pra si asseguravam dia após dia a concórdia, virtude por ele considerada como vínculo mais forte que os próprios laços de sangue (Mamertino, 289: IX, 2-3).

²⁴ Traduções realizadas pela autora, auxiliadas pela edição dos panegíricos latinos traduzida para o espanhol (Samaranch, Francisco de P., 1969) e pela edição bilingue latim e francês (Galletier, E., 1949).

Talvez seja esta a razão de Mamertino estabelecer um paralelo contínuo entre os feitos de Maximiano e Diocleciano, o que o leva em muitas ocasiões a utilizar expressões no plural ao referenciar o soberano homenageado, atitude que possibilitou alguns pesquisadores interpretarem que Diocleciano pudesse estar presente na proclamação deste discurso, fato improvável, uma vez que a divisão de poder entre os imperadores ocasionava que os soberanos fossem responsáveis política e administrativamente por regiões distintas do império, cada qual com sede própria (Silva; Mendes, 2006: 199), o que dificultava encontros contínuos. Cabe também ressaltar que, embora este discurso tenha sido feito por ocasião das comemorações do aniversário de Roma, foi proclamado na cidade de Tréveris, sede do governo de Maximiano²⁵.

No entanto, esta partição do poder não comportava uma igualdade plena entre os imperadores. É possível perceber que existia uma hierarquia entre os soberanos, sendo que Diocleciano, fundador do colégio imperial, teria a supremacia, ficando reconhecido como augusto sênior. Esta forma de organização do poder fez com que Mamertino tivesse a preocupação em reafirmar a relação amistosa ao mesmo tempo em que assinalava a diferença entre ambos: Diocleciano era retratado como a “cabeça diretora” e Maximiano como “braço executor” (Samaranch, 1969: 1139; Mamertino, 289: XI, 6). Ambos foram apresentados, portanto, como fundadores e restauradores do império.

Pois, em verdade, imperador sacratíssimo, com toda razão qualquer pessoa podia declará-los, a ti e a seu irmão, os fundadores do Império Romano: são, em efeito, coisas que vem a ser o mesmo, os seus restauradores, e, ainda que este dia seja para esta cidade um dia comemorativo de nascimento no que diz respeito a origem do povo romano, os primeiros dias de vosso governo continuam sendo a data mais importante no que diz respeito a sua salvação.

Reuera enim, sacratissime imperator, mérito quiuis te tuumque fratrem Romani imperii dixerit conditores: estis enim, quod est proximum, restitutores et, sit licet hic illi urbi natalis dies, quod pertinet ad originem

²⁵ Todo o primeiro capítulo deste discurso pode ser considerado como uma justificativa do orador em homenagear Maximiano nas celebrações do aniversário de Roma, uma vez que ele enfatiza as origens da cidade associando-a as divindades, principalmente Hércules, e também pelo fato Roma de ser a primeira sede do governo imperial, e Tréveris, por sua vez, ser a sede do governo de Maximiano, conforme reafirma no último capítulo deste panegírico.

populi Romani, uestri imperii primi dies sunt principes ad salutem
(Mamertino, 289: I, 5).

Significativa é a consideração de Mamertino ao afirmar Diocleciano e Maximiano enquanto restauradores do Império. A bipartição do poder demonstrava que esta importante transformação política do governo de Diocleciano era uma resposta às intensas guerras civis que o precederam, uma tentativa de conter as constantes ações usurpatórias que se espalhavam pelo mundo romano (Frighetto, 2012: 94). No plano da reformulação ideológica do poder sob os parâmetros do *Dominato*, a associação do detentor do poder imperial com o sagrado permitiu aos panegiristas estabelecer um paralelo entre os imperadores e os deuses (Frighetto, 2012: 94), sendo então Diocleciano equiparado com Júpiter (que restaurou a ordem dos deuses ao lutar contra os Titãs) ao cessar as intensas guerras civis, e Maximiano com Hércules, que auxiliou Diocleciano nesta tarefa (tal qual Hércules fez em relação a Júpiter) (Samaranch, 1969: 1139):

Você não precisou, de fato, colocar a mão no leme no momento em que o navio do estado tinha o vento favorável em suas velas, mas no momento onde, para regularizar a situação dos tempos passados, só foi suficiente o auxílio divino e ainda a assistência de um deus único não era mais suficiente, você, ao lado do príncipe, apoiou o poder romano que se desintegrava, com tanta oportunidade como naquela em que seu antepassado Hércules auxiliou seu soberano Júpiter em meio às dificuldades da guerra dos Titãs, tomando grande parte na vitória, com o que demonstrou que devolvia aos deuses do céu mais do que havia recebido deles.

Neque enim cum reipublicae nauem secundus a puppi flatus impelleret, salutarem manum gubernaculis addidisti, sed cum ad restituendam eam post priorum temporum labem diuinum modo ac ne id quidem unicum sufficeret auxilium, praecipitanti Romano nomini iuxta principem subisti eadem scilicet auxilli opportunitate qua tuus Hercules Ionem uestrum quodam terrigenarum bello laborantem magna uictiriae parte inuuit probauitque se non magis a dis accepisse caelum quam eisdem reddidisse. (Mamertino, 289: IV, 2)

Além disso, quando fala em desintegração do poder romano, a citação acima nos permite perceber um contexto ainda fragilizado neste início da formação tetrárquica. Os panegiristas não podiam ignorar tal situação, e tanto as batalhas de manutenção territorial e contenções das fronteiras, bem como as campanhas relativas à repressão das usurpações sobressaem neste discurso de Mamertino. Dentre os inúmeros feitos de Maximiano que não poderiam ser descritos neste panegírico sob o risco de sua proclamação demorar em demasia (Mamertino, 289: II, 5-7),

o orador destaca três campanhas que considera como as mais relevantes para aquela ocasião: O apaziguamento do levante Baugada, a defesa da Gália contra a invasão germânica e a dissidência de Caráusio.

Dessas três campanhas militares, Mamertino reserva a maior parte do panegírico para a dissidência de Caráusio. Na realidade, foca na descrição dos preparativos de uma batalha que anuncia previamente como vitoriosa, uma vez que ela ainda estava por acontecer. Caráusio era originário da região da Menápia (província da Gália Bélgica) e havia adquirido destaque durante as campanhas de Maximiano contra os Baugadas, o que possibilitou que fosse nomeado comandante das tropas navais para combater os piratas francos e saxões. As sucessivas vitórias que obteve revelaram sua aspiração em ser homenageado o mesmo título de Maximiano. Convém salientar que um dos intentos da associação de mais de uma pessoa ao poder imperial poderia ser a contenção das usurpações do poder, uma vez que podemos evidenciar durante o século III d.C. que os soberanos foram importantes generais vitoriosos, e além do prestígio adquirido, contavam com o apoio das tropas, as quais poderiam garantir a posição mediante uso da força. Por este motivo, além da justificativa ideológica do poder imperial, o sistema tetrárquico implementado por Diocleciano procurou estabelecer regras sucessórias, como veremos adiante.

Como a nomeação de Caráusio enquanto *augusto* não estava nos planos de Diocleciano e Maximiano, foi ordenada a sua prisão e execução. Contudo, existe um cuidado dos governantes em não desvelar este objetivo, receando a repercussão e surgimento de novos movimentos dissidentes, logo, a acusação imputada foi a de que Caráusio retinha para si os espólios de guerra. Diante desta situação, o próprio Caráusio se declara imperador da Bretanha e do Norte da Gália com apoio de suas tropas. Samaranch discorre que a pretensão do dissidente em ser reconhecido como *augusto* poderia não implicar em uma usurpação de fato (1969: 1065), uma vez que ele não intencionava extrapolar os limites que já estava sob a jurisdição que lhe tinha sido atribuída por Maximiano, sendo que requeria apenas um reconhecimento legal de seu *status*. Como os encaminhamentos da situação não foi o que esperava, Caráusio reuniu ao seu redor consideráveis forças navais e militares, conseguiu apoio de tropas mercenárias francas, estabelecendo por fim uma potência independente na Bretanha, chegando até a cunhar moedas próprias. (Samaranch, 1969: 1141). Rodriguez Guervás (1991: 31-32) destaca que Caráusio conseguiu obter um rápido controle desta região, sobretudo por contar com o apoio de elementos citadinos, principalmente dos comerciantes gauleses.

Ao contrário do prelúdio feito por Mamertino em 289 d.C., as campanhas dos anos de 289 d.C. e 290 d.C. contra Caráusio não foram bem sucedidas, o que provavelmente impeliu o panegirista a silenciar estas questões no panegírico seguinte, *Discurso de aniversário em honra de Maximiano Augusto*, também de sua autoria, proclamado no ano de 291 d.C. É difícil precisar o aniversário que esta obra visa celebrar, mas é aceito pelos historiadores e filólogos que debatem o assunto que o aniversário em questão é o nascimento da imortalidade divina, ou seja, a ascensão de Maximiano e sua aliança com Diocleciano ao poder, uma vez que o discurso faz coincidir o nascimento de ambos soberanos (Samaranch, 1969: 1152), exemplo disso é quando faz uso da expressão *gemini natalis* (Mamertino, 291: I-1).

O curto espaço de dois anos que separam os discursos não possibilitou que Mamertino introduzisse muitos fatos novos em sua obra, por essa razão, faz um resumo das batalhas descritas no panegírico anterior, enfatizando, entretanto, a justificativa ideológica da legitimação do poder de Maximiano. E essa é a característica principal deste discurso, sendo o capítulo II um exemplo disso, pois além de introduzir os principais argumentos que serão trabalhados no decorrer do panegírico, Mamertino ressalta nesse item a necessidade da celebração anual da subida ao poder do soberano, reforçando a origem divina da família de Maximiano, e exaltando as virtudes que considera, para além de uma herança familiar e devoção divina, frutos também de sua experiência, idade e educação.

É possível perceber, portanto, que a instabilidade do período - mesmo que Mamertino procure convencer o público presente do contrário, enfatizando que viviam um período de paz e prosperidade (Mamertino, 291: XIII- XVIII) - exige que os responsáveis pela política imperial promovam os fundamentos do *Dominato* enquanto fonte legitimadora do soberano e da nova forma de estrutura política vigente. Por isso nesse panegírico ficam mais acentuadas as demonstrações retóricas da origem divina dos imperadores²⁶.

Um dos pontos deste panegírico que permite sustentar a fragilidade destes anos iniciais do governo de Diocleciano e Maximiano é a descrição, durante toda a primeira parte do discurso, da conferência de Milão, realizada em princípios do ano de 291 d.C.. Essa conferência seria uma espécie de segunda edição da reunião realizada pelos dois imperadores no ano de 288 d.C.. No

²⁶ Diversas são as passagens que poderiam servir de exemplo, no entanto, são demasiadamente extensas para uma reprodução integral. Contudo, consideramos o capítulo III como uma amostra, uma vez que nele Mamertino considera Júpiter e Hércules como fundadores divinos do Império e precursores das casas de Diocleciano e Maximiano, que, conseqüentemente, receberam este império como herança. Além do fato de que nessa passagem é estabelecido um paralelo constante entre o império dos deuses, e o império sobre responsabilidade dos soberanos homenageados no discurso.

entanto, ao invés de um encontro breve, em um acampamento para troca de impressões, esta reunião entre os imperadores teve como sede uma importante cidade do império, com duração de vários dias, o que acarretou que ela fosse organizada com todos os rigores de uma celebração pública (Galletier, 1949:42). Ademais, um dos prováveis assuntos debatidos entre os imperadores foi a questão da dissidência de Caráusio que ainda estava por resolver e se tornava cada vez mais ameaçadora da unidade imperial.

Possivelmente foi também neste encontro em Milão, e decorrente das questões destacadas acima, que os imperadores discutiram sobre uma nova reestruturação da política imperial. Reorganização essa consolidada no ano de 293 d.C. com a nomeação de Constâncio Cloro e Galério ao cesarato. Logo, estava formada a Tetrarquia, que mantinha a supremacia de Diocleciano como augusto sênior, Maximiano igualmente ocupando o posto de augusto, e Galério e Constâncio Cloro como auxiliares imediatos. Tal qual a aliança inicial entre Maximiano e Diocleciano, a organização tetrárquica contava com a independência administrativa, política, militar e legislativa entre seus membros, mas a novidade relacionava-se a política sucessória. Mantendo os vínculos de fidelidade, selada pela adoção dos césares pelos augustos e também por matrimônio entre familiares, o fim das usurpações e da instabilidade dos momentos de transição de um governante ao outro era almejado pela tetrarquia ao estabelecer a ascensão dos césares aos encargos de augustos em duas ocasiões: morte, ou decorridos vinte anos de governo.

Estas relações são percebidas logo no início do último discurso analisado, o *Panegírico de Constâncio Cesar de um orador anônimo*, pronunciado no ano de 297 d.C., no qual podemos vislumbrar a relação estabelecida entre os tetrarcas logo que o orador (anônimo) se refere a Diocleciano e Maximiano como tio e pai de Constâncio Cloro:

(...) por mais que então, para dizer a verdade, os primeiros serviços que seu pai e seu tio prestaram para a república renascente foram tais que, se minha palavra poderia não estar à suas alturas, eu poderia ao menos destacar seus valores enumerando-os.

(...) *quamvis enim prima tunc in renascentem rem publicam patris ac patrum tui merita, licet dicendo aequare non possem, possem tamen eul cencere numerando.* (An. Paneg, 297: I, 3)

Como uma oração encomiástica a Constâncio Cloro, este discurso acaba também por legitimar a própria reestruturação tetrárquica e, ao mesmo, celebra uma importante vitória para a manutenção da política imperial de unidade do mundo romano: a retomada de controle da

Bretanha. Isso faz com que o panegirista se declare solidário a todos os romanos e comemore a reorganização administrativa.

Como exemplo, destacamos duas referências sobre a partição do poder e campanhas bem sucedidas logo no início do discurso panegirísticos. A primeira, “Príncipes sempre invictos, quantos séculos de duração asseguram a vós mesmos e ao império ao partilhar a tutela do mundo submetido à vossas leis?²⁷” (An. Paneg, 297: III, 2) aborda a partição do poder em si. E a segunda, além de mencionar a adoção dos césares pelos augustos, destaca os novos limites do Império:

Uma vez os partos reduzidos para além do Tigre, a Dácia restituída, as fronteiras da Germânia e da Rétia estendidas para as fontes do Danúbio, uma vez assegurada a punição da Batávia e da Bretanha, o império aumentado e destinado a crescer ainda mais, tinha a necessidade de uma direção mais forte e os homens que, por seu valor, haviam estendido os limites da potência romana deviam associar paternalmente um filho <adotivo> ao poder.

Partho quippe ultra Tigrim recluso, Dacia restituta, porrectis usque ad Danunii caput Germaniae Raetiaeque limitibus, destinata Bataviae Britanniarque vindicta, gubernacula maiora quaerebat aucta atque auenda res publica, et qui Romanae potentiae terminos uirtute protulerant imperium filio pietate debebant. (An. Paneg, 297: III, 3)

Durante todo o capítulo IV o orador dá continuidade a esta justificativa da partição do poder imperial, utilizando para isso amplamente dos fundamentos do *Dominato*, relacionando o parentesco de Diocleciano e Maximiano com Júpiter e Hércules e estabelecendo uma semelhança de forma de governar como o mundo celeste (assegurando a continuidade da fundamentação ideológica do poder presente nos panegíricos de Mamertino), além de estabelecer toda uma simbologia ao número quatro:

Em efeito este número quatro, símbolo de vosso poder é a força e a alegria de tudo que há de grandioso: são quatro os elementos, quatro as estações, quatro são as partes do mundo separadas por um duplo oceano, os lustres que retornam depois de uma revolução quádrupla dos céus, quatro são os cavalos do sol, e além de Vesper e Lucifer, que são duas tochas do céu.

²⁷ Quanta enim, inuictissimi príncipes, et oubis et rei publicae saecula propagatis orbis uestri participando tutelam?

Quippe isto numeris uestri numero summa omnia nituntur et gaudent: elementa quattuor et totidem anni uices et orbis quadrifariam duplici discretus oceano et emenso quater caelo lustra redeuntia et quadrigae solis et duobus caeli luminibus adiuncti Vesper et Lucifer. (An. Paneg, 297: IV, 2)

Pela datação da proclamação do panegírico ser o ano de 297 d.C., compreendemos que ela aconteceu logo após o retorno de Constâncio Cloro da campanha empreendida norte da Gália e na Bretanha. Igualmente aos discursos anteriores, o orador utiliza expressões no plural ao referenciar o soberano, no entanto, esta estrutura retórica continua relacionada a necessidade de evidenciar a concórdia entre os integrantes da Tetrarquia, não significando que todos os soberanos estavam presentes na ocasião da proclamação. O homenageado Constâncio Cloro foi o responsável por organizar uma expedição e conter os avanços de Caráusio, e o panegirista descreve em detalhes essa campanha, utilizando-a como eixo do elogio ao soberano durante as comemorações de aniversário da designação ao cesarato, o que acaba por tornar este panegírico, de certo modo, um relato completo dos dez anos em que a Bretanha esteve fora do controle do poder central (Samaranch, 1969: 1168).

Convém destacar que Constâncio Cloro rapidamente conseguiu reconquistar a Gália (ainda em 293 d.C), fazendo com isso que a Bretanha permanecesse isolada, sem conseguir estabelecer qualquer tipo de comunicação com o continente. Caráusio, por sua vez, sucumbiu neste mesmo ano, todavia, não pelas tropas de Constâncio, mas sim por um subordinado seu, Allectus. Esse, controlou a Bretanha até o ano de 296 d.C., quando de fato as campanhas organizadas pelo poder central do Império Romano foram efetivas, conseguiram derrotá-lo e reintegrar a região aos seus comandos.

Esta operação militar foi retratada pelo panegirista como vitoriosa desde os seus preparativos (An. Paneg, 297: XIII-XX), e por todo o discurso ele procura exaltar Constâncio Cloro a partir da restauração que suas campanhas empreendiam por todo o império, onde as vitórias conseguidas por este imperador eram retratadas como uma libertação das regiões e províncias que estavam tomadas pelo caos: “Assim, esta região que tuas campanhas divinas, César, liberaram e limpam dos bárbaros (...)”²⁸ (An. Paneg, 297: VIII, 1).

Talvez seja esta uma das motivações do orador ao estabelecer neste panegírico uma contraposição da imagem do imperador homenageado em relação aos *insurrectus*: Em oposição às expressões virtuosas e elogiosas, os usurpadores e seus aliados são frequentemente referenciados

²⁸ *Quamquam illa régio diuuis expeditionibus tuis, Caesar, uindicata atque purgata (...)*

com expressões como “facções de piratas rebeldes”, “pirata” e “este ladrão”. E esta oposição é complementada pelo fato dos oradores dos diversos panegíricos da coletânea nunca referenciarem nominalmente os insurrectos ou opositores do governo na circunstância em que são produzidos. Talvez não possamos falar em *damnatio memoriae* (até mesmo pelo fato de que estes personagens não foram reconhecidos como governantes legítimos), mas o fato é que ao não nomear o opositor do governo e do governante, o panegirista estaria apagando da memória coletiva o personagem que tanto fez de negativo para a política vigente. E por qual razão então eles não deixavam de abordar as batalhas que os mesmos empreenderam contra o Império? Neste ponto torna imprescindível evocar o exemplo do *Discurso de aniversário em honra de Maximiano Augusto*, que não aborda a campanha de Maximiano contra Caráusio pelo fato de ela não ter sido bem sucedida. Ora, por mais que existam opositores ao governo, a vitória em uma campanha militar era um dos méritos do governante, e essa sim precisava ser descrita detalhadamente, a fim de possibilitar a exaltação e louvação do imperador.

Por fim, o que podemos perceber é que quase a totalidade das abordagens feitas nos três panegíricos estudados acabam evidenciando uma importante preocupação dos seus autores, que consistia em uma definição do quadro imperial romano ao mesmo tempo em que procuraria fundamentar a nova estrutura governamental e o(s) soberano(s) à sua frente. Isto porque, por ser parte integrante de uma cerimônia pública, e proclamado na presença do próprio imperador, os panegíricos eram encomendados aos melhores oradores que, se não faziam parte diretamente do círculo imperial, ao menos eram adeptos da política vigente. Por este motivo, se a obra não continha declarações políticas orientadas diretamente pelo soberano, o texto final certamente passava pelo seu aval. Por conseguinte, os panegiristas buscavam a fundamentação da legitimação da política imperial tetrárquica por intermédio do louvor e exaltação da imagem do homenageado em questão, muitas vezes construindo uma imagem pejorativa de seus inimigos, estabelecendo então uma oposição clara em relação aos usurpadores.

Referências Bibliográficas

Bareño, Luis Escolar et al, (1969), *Biografos y Panegiristas Latinos*, Madrid, Aguilar.

Bravo, G. (1997), El ritual de la <<proskynesis>> y su significado político y religioso en la Roma imperial (con especial referencia a la Tetrarquia), *Gerión: Revista del Departamento de Historia Antigua/Facultad de Geografía e Historia, Universidad Complutense*, Madrid, 15, 1997, p. 177-191.



Frighetto, Renan, (2012), *Antiguidade Tardia. Roma e as monarquias Romano-Bárbaras numa época de transformações. Séculos II-IV*, Curitiba, Juruá Editora.

Galletier, E., (1949), Introduction, In Galletier, E., Text Établi et Traduit, *Panegyriques Latins*, Paris, Les Belles Lettres, T. I, p. VII-LXXII.

Galletier, E., (1949), *Panegyriques Latins*. Paris: Les Belles Lettres, T. I.

Gonçalves, Ana Teresa Marques, (2002), *A construção da imagem imperial: formas de propaganda nos governos de Septímio Severo e Caracala*, São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo.

Rodrigues Gervás, Manuel J., (1991), *Propaganda Política y Opinión Pública en los panegíricos latinos del bajo imperio*, Salamanca, Universidade de Salamanca.

Samaranch, Francisco de P., (1969), II Panegiristas (preâmbulos, traducción del latín y notas), Bareño, Luis Escolar et al, *Biografos y Panegiristas Latinos*. Madrid, Aguilar, p. 1137-1357.

Silva, Gilvan Ventura da; Mendes, Norma Musco, (2006), *Repensando o Império Romano: perspectivas socioeconômicas, política e cultural*, Rio de Janeiro e Vitória, Maud Editora e EDUFES.